

LEI MUNICIPAL Nº 2.072/04 DE 23 DE JULHO DE 2004.

“Autoriza o Município a renovar Convênio para prestação de mútua colaboração com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande Do Sul.”

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Constantina – RS, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a renovar Convênio para prestação de mútua colaboração com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande Do Sul.

Art. 2.º - O Convênio terá vigência pelo prazo de 36(trinta e seis) meses, a contar de 06 de julho de 2004 a 06 de julho de 2007, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3.º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06 de julho de 2004.

Registre-se;

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 23 de julho de 2004.

Francisco Frizzo
Prefeito Municipal

Cesar Santos Giacomini
Secretário Municipal da Administração

MINUTA DE CONVÊNIO
CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE MÚTUA COLABORAÇÃO ENTRE O TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL FIRMADO E O MUNICÍPIO DE
CONSTANTINA

Convênio para prestação de mútua colaboração, que fazem entre si, com base nos atos constantes no Processo nº _____, de um lado o TRIBUNAL

REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão do Poder Judiciário Federal, sediado nesta Capital, na Rua Duque de Caxias, nº 350, CNPJ/MF nº 00509018/0019-42, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Presidente Desembargador PAULO AUGUSTO MONTE LOPES, brasileiro, casado, magistrado, RG nº1002924643, CPF nº 022.582.500-72, residente e domiciliado nesta Capital, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE CONSTANTINA**, representado por seu Prefeito Municipal Sr. **Francisco Frizzo**, RG nº9021862843, expedido pela SSP/RS, CPF nº 373.004.070-72, doravante denominado **CONVENIADA**. Ficam os convenientes sujeitos às normas previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber, e ainda às cláusulas firmadas neste instrumento.

O presente Convênio de Prestação de Mútua Colaboração é firmado mediante as seguintes cláusulas e condições que as partes aceitam, ratificam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio de Prestação tem por objetivo a prestação pela **CONVENIADA** de auxílio aos Cartórios Eleitorais do interior Estado, visando possibilitar o funcionamento do Cartório Eleitoral e a realização de eleições, conforme segue:

a) A **CONVENIADA** se compromete a ceder funcionários de seu quadro próprio ao Juízo Eleitoral, em número suficiente para o atendimento dos serviços. Esta avaliação deverá ser feita de comum acordo entre Juiz Eleitoral e o Prefeito Municipal ou seu representante legal;

b) Em anos de eleição serão colocados pela **CONVENIADA** à disposição do **CONVENENTE**, viaturas e combustíveis, destinados ao atendimento dos serviços eleitorais, em número a ser acertado entre o Prefeito Municipal e o Juiz Eleitoral, com antecedência mínima de 30 dias da data das eleições.

c) Todo e qualquer auxílio será suportado pelas Prefeituras conveniadas que integram a Comarca, proporcionalmente ao seu eleitorado, e será administrado pelo Executivo Municipal relativamente a seu recebimento, uso, liquidação da despesa, pagamento e prestação de contas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESPESA

O presente Convênio será executado sem ônus a justiça eleitoral.

§ 1.º - O orçamento da **CONVENIADA** conterà dotação para atender às despesas de responsabilidade do Município, decorrente da execução deste Convênio.

§ 2.º - Para o presente exercício, se necessário, será aberto crédito suplementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

O prazo de validade deste Convênio vigorará no período de de de 2004 a de de, conforme autorização da Lei Municipal nº

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Convênio será publicado de acordo com a forma usual de publicidade dos atos do Município, e no Diário Oficial da União. Neste último caso, a despesa será de obrigação do **CONVENENTE**.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas,

firmam o presente Convênio, o **CONVENENTE** e a **CONVENIADA**, na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre/RS, de de 2004.

Des. Paulo Augusto Monte Lopes
Presidente do TER/RS

Francisco Frizzo
Prefeito Municipal